

### **Comunidades Pastorais: nova forma de presença da Igreja**

O terceiro encontro centrou-se na compreensão e avaliação da proposta das Comunidades Pastorais enquanto resposta aos desafios atuais da Igreja. De forma geral, os grupos manifestaram uma posição equilibrada entre abertura e preocupação, reconhecendo tanto potencialidades como riscos.

Uma das ideias mais transversais foi a existência de receios significativos face à mudança. Entre os principais, destaca-se o medo da perda de identidade das paróquias, da diminuição da proximidade entre o pároco e os fiéis e das dificuldades de organização e comunicação em estruturas mais alargadas. Vários grupos referiram também a resistência natural à mudança, especialmente em comunidades mais envelhecidas ou com forte tradição local. Surgem ainda dúvidas quanto à capacidade dos leigos para assumir novas responsabilidades e quanto à motivação e disponibilidade para esse compromisso.

Apesar destas reservas, todos os grupos reconheceram vantagens importantes. A mais referida foi a partilha de recursos humanos e materiais, que poderá trazer maior dinamismo pastoral e melhor resposta às necessidades das comunidades. A possibilidade de troca de experiências, enriquecimento mútuo e maior comunhão entre paróquias foi também valorizada. Alguns grupos destacaram que o trabalho em conjunto pode fortalecer o anúncio do Evangelho, desde que assente num verdadeiro espírito de unidade e missão.

Ao nível da missão evangelizadora, houve posições divergentes. Alguns grupos consideram que comunidades maiores podem enfraquecer a relação pessoal e o compromisso, enquanto outros defendem que a comunhão pode potenciar a evangelização através da colaboração e da criatividade pastoral. Em comum, surge a ideia de que o critério decisivo deve ser sempre a eficácia do anúncio do Evangelho.

Relativamente à comunhão na diversidade, os grupos sublinharam a importância do respeito, da escuta e da aceitação das diferenças. No entanto, reconhecem que este é um desafio exigente, pois as dificuldades já existem dentro das próprias paróquias e podem aumentar com a sua agregação.

Na participação pluriministerial, destaca-se a necessidade de valorizar os carismas e criar espaços reais de participação, sobretudo através de uma maior corresponsabilidade dos leigos. Alguns grupos referem a falta de dinamizadores e de compromisso como obstáculos importantes.

Quanto à criatividade pastoral, embora nem todos apresentem soluções concretas, há consciência de que serão necessárias novas formas de agir, especialmente ao nível da comunicação, da proximidade aos jovens e da criação de pequenas comunidades mais vivas e participativas.

Na segunda fase (“sair de si mesmo”), os grupos reconhecem que este é um caminho exigente, que implica conversão pessoal e mudança de mentalidade, passando de uma lógica individual para uma lógica comunitária e de serviço.

Na terceira fase (“construir em conjunto”), surge a consciência de que este processo é necessário, mas complexo e incerto. Destaca-se a importância do discernimento, da colaboração e da construção progressiva de estruturas comuns, com base na confiança e na corresponsabilidade.

Em síntese, o encontro revela uma Igreja consciente dos desafios, disponível para caminhar, mas que pede prudência, clareza e respeito pelas realidades locais.

Conclusões dos 4<sup>os</sup> encontros:

### **Organização e implementação das Comunidades Pastorais**

O quarto encontro aprofundou a dimensão prática e organizativa das Comunidades Pastorais, focando-se em aspetos concretos como ministérios, sinodalidade, estrutura, território e implementação. As reflexões evidenciam novamente uma tensão entre a necessidade de reorganização e o desejo de preservar a identidade paroquial.

No que diz respeito aos novos ministérios, a maioria dos grupos considera que não é prioritário criar novos, mas sim valorizar e dinamizar os já existentes (leitores, acólitos, catequistas e outros serviços). Ainda assim, alguns grupos sugerem áreas específicas como a caridade, visitantes de doentes, comunicação ou coordenação pastoral, sublinhando a necessidade de maior envolvimento e responsabilidade dos leigos.

Relativamente à sinodalidade e aos processos de decisão, há um consenso claro: é fundamental garantir participação, escuta e corresponsabilidade. Os grupos defendem a criação ou reforço de estruturas como o Conselho Pastoral e o Conselho Económico, com representação de todas as paróquias envolvidas. A tomada de decisão deve ser fruto de diálogo, discernimento comunitário e procura de consenso, evitando modelos centralizados ou pouco participativos.

Na configuração pastoral, destaca-se a importância de uma sede comum e de órgãos de coordenação eficazes. A formação surge como elemento central, devendo abranger áreas como liderança, liturgia, Bíblia, comunicação e ação social. A otimização dos recursos existentes (espaços, equipamentos, pessoas) é vista como essencial para o bom funcionamento das comunidades pastorais.

A configuração territorial é um dos temas mais sensíveis. Vários grupos questionam as propostas apresentadas, defendendo que devem ser respeitados critérios como a proximidade geográfica, a identidade cultural e as dinâmicas próprias de cada comunidade. Alguns manifestam mesmo preferência por não integrar estruturas mais alargadas, enquanto outros aceitam a reorganização, desde que com ajustes e respeito pelas especificidades locais.

Quanto ao calendário de implementação, existe um consenso alargado de que o processo deve ser gradual, prudente e acompanhado, com uma duração aproximada de dois anos. Entre os primeiros passos sugeridos estão:

- encontros entre Conselhos Pastorais;
- criação de estruturas comuns;
- promoção de formação conjunta;
- desenvolvimento de iniciativas partilhadas.

Alguns grupos sugerem também fases piloto, avaliações periódicas e acompanhamento próximo por parte da diocese.

Uma preocupação transversal é a necessidade de garantir que esta reorganização não conduza a um afastamento entre pastor e comunidade, nem à perda de proximidade e identidade. Vários grupos sublinham que o critério fundamental deve ser sempre a vida concreta das pessoas e a qualidade da ação pastoral, e não apenas a eficiência organizativa.

Em síntese, o quarto encontro revela uma preocupação com a concretização prática das Comunidades Pastorais, defendendo um modelo participativo, gradual e centrado nas pessoas, capaz de conjugar colaboração entre paróquias com a preservação da identidade e da proximidade pastoral.